

FIRST INTERNATIONAL MEETING OF ISSOW

Work, Social Change and Economic Dynamics: Challenges for Contemporary Societies

27-28 November 2014 :: Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Lisboa

Theme 1) Innovation, Economy Employment and Public Policies

Eficácia, Eficiência e Mortalidade Empresarial¹

Maria Manuel Serrano

mariaserrano@uevora.pt

Universidade de Évora, SOCIUS-ISEG/UL e UMPP-Unidade de Monitorização de Políticas Públicas da Universidade de Évora

Paulo Neto

neto@uevora.pt

Universidade de Évora, CEFAGE-UÉ, CIEO-UALG e UMPP-Unidade de Monitorização de Políticas Públicas da Universidade de Évora

Anabela Santos

anabela.santos.mail@gmail.com

PhD Student at Université Libre de Bruxelles

Resumo

Este trabalho incide sobre a análise da eficácia e da eficiência do Programa Leader + e sobre a mortalidade das empresas que beneficiaram de apoio financeiro no âmbito desta política pública, nas regiões Alentejo e Norte, no período de 2000 a 2006. A análise da eficácia e da eficiência incide sobre a totalidade dos projetos de investimento financiados e a apreciação da mortalidade empresarial recai apenas sobre o setor privado e mais particularmente sobre as empresas com atividade e/ou sede nas referidas regiões e que beneficiaram de financiamento. A metodologia utilizada para avaliar a eficácia e a eficiência teve por base a apreciação de indicadores de realização e de indicadores de resultado e do rácio *input-output*, sendo este último obtido pelo quociente entre os custos (*input*) e os resultados obtidos (*output*). A sustentabilidade é analisada a partir das taxas de mortalidade das empresas e pelo estudo da relação entre a mortalidade empresarial e as variáveis região de pertença, atividade da empresa e número de sócios. O estudo permitiu encontrar diferenças entre as duas regiões ao nível da eficácia e da eficiência da política pública, bem como ao nível da mortalidade empresarial.

Palavras chave: Eficácia, Eficiência, Mortalidade Empresarial, Política Pública

Introdução

Neste trabalho apresenta-se o programa Leader + como um exemplo de política pública *place-based*. O principal objetivo desta iniciativa comunitária consistiu em incentivar e apoiar os agentes rurais a refletir sobre o potencial dos seus territórios, numa perspetiva de longo prazo, e a aplicar estratégias originais de desenvolvimento sustentável integradas (JOC, 2000).

O presente estudo tem como objetivo a análise da eficácia e da eficiência da política pública e a análise da sustentabilidade das empresas financiadas por esta iniciativa comunitária. A análise da

¹ Esta comunicação baseia-se em trabalhos anteriormente elaborados pelos autores, nomeadamente: Neto, P.; A. Santos e Serrano, M. M. (2014); Serrano, M. M.; Santos, A. e Neto, P. (2014). Santos, A.; Serrano, M. M. e Neto, P. (2013).

eficácia e da eficiência incidiu sobre os 2931 projetos de investimento financiados pelos 22 gabinetes de ação local das regiões Norte e Alentejo. A apreciação da sustentabilidade dos resultados foi feita com base na taxa de mortalidade das empresas apoiadas financeiramente e com atividade e/ou sede nas mesmas regiões.

Este texto estrutura-se em quatro tópicos: i) *enquadramento teórico-conceptual* – aborda-se sinteticamente a temática das políticas públicas *place-based*, apresenta-se o Leader + como exemplo desse tipo de política pública e definem-se os conceitos de eficácia, eficiência e sustentabilidade; ii) *metodologia* – apresenta-se a metodologia utilizada, bem como os procedimentos metodológicos seguidos, para o estudo da eficiência, da eficácia e da mortalidade empresarial; iii) *análise dos resultados* – apresentam-se os resultados sobre a eficácia e a eficiência da política, com base em indicadores de realização (*output*) e de resultado (*outcome*) e no rácio *input-output*. A avaliação da sustentabilidade da política fez-se com base na análise das taxas de mortalidade das empresas apoiadas financeiramente pelo Leader +, também numa perspetiva comparativa entre Norte e Alentejo) e iv) *conclusões* – põem em evidência algumas diferenças regionais (entre Norte e Alentejo) no que respeita à eficácia e à eficiência da política pública e também no que concerne à mortalidade empresarial.

1. Enquadramento teórico-conceptual

1.1. Políticas públicas *place-based*

As políticas públicas *place-based* assentam num modelo de governação territorial, onde o poder de decisão se encontra descentralizado nos atores locais e o plano de ação é delineado com base nas potencialidades e necessidades de um território com uma identidade geográfica definida (Reimer e Markey, 2008). Pensa-se que a esta descentralização do poder de decisão potencia a eficácia e a eficiência do sector público, comparativamente com a aplicação de políticas públicas definidas a nível nacional (Berthet, 2008).

Contudo, um dos desafios com que se depara a execução das políticas territoriais é a dificuldade de definir unidades territoriais uniformes e de mobilizar diversos atores em torno de um projeto comum, numa sociedade marcada essencialmente pelo individualismo (Lazarev, 2009). Para garantir que a implementação de políticas *place-based* é bem-sucedida é necessário assegurar

que os estímulos aos comportamentos de todos os parceiros estejam alinhados em torno de objetivos comuns. Neste contexto, uma forte articulação entre os conceitos *place-based* e *people-based* é insispensável para se conseguir implementar políticas que conduzam ao desenvolvimento regional (Barca *et al.*, 2012).

O Programa Leader, criado em 1991 pela Comissão Europeia, é um exemplo de política pública *place-based* que vem veio introduzir uma nova abordagem sobre o desenvolvimento rural e defender princípios distintos dos sustentados pelas teorias clássicas: uma abordagem *bottom-up*, em vez da abordagem tradicional *top-down* e um enfoque territorial, em oposição ao enfoque sectorial, conferindo-lhe a capacidade de abordar a problemática do desenvolvimento rural com base num método inovador (Santos, 2012).

Nessa época, defendia-se que a criação de condições para o aparecimento de novas atividades complementares, ou não, ao setor agrícola serviria de alavanca para o aparecimento de oportunidades de emprego alternativas e outras fontes de rendimentos, com vista a melhorar a qualidade de vida no meio rural (Champetier, 2003). Para a concretização destes objetivos, o sector privado, o sector público e o terceiro sector, foram convidados a participar na elaboração dos programas locais (Lazarev, 2009). Estas parcerias deram origem à constituição dos Grupos de Ação Local (GAL), entidades responsáveis pela definição, organização e implementação da Estratégia Local de Desenvolvimento (ELD) e pela seleção dos projetos a serem financiados (CE, 2006). A diversidade das zonas rurais e a autonomia dos GAL, na transposição dos objetivos globais ao nível local, originou o aparecimento de ELD na mesma proporção e número que estas entidades.

1.2. Eficácia, eficiência e mortalidade empresarial

A eficácia define-se como uma medida normativa do alcance de resultados e/ou como a capacidade de satisfazer as necessidades da sociedade através do suprimento de produtos (bens e/ou serviços). Por sua vez, a eficiência é uma medida normativa da utilização dos recursos no processo de alcance dos resultados. Estabelece uma relação técnica entre entradas (*inputs*) e saídas (*outputs*), ou seja, entre custos e benefícios. Representa a relação entre os recursos aplicados e o produto final obtido, ou seja, é a razão entre o esforço e o resultado, entre a despesa e a receita, entre o custo e o benefício (Chiavenato, 1983).

A análise da eficácia e da eficiência das políticas públicas baseia-se frequentemente na apreciação das relações existentes entre três elementos: i) *inputs* – recursos monetários e não monetários canalizados para a implementação e execução de uma política ou programa; ii) *outputs* - realizações materiais e/ou imateriais; iii) *outcomes* - os resultados ou efeitos gerados na economia ou no território (CE, 2008; Vollet e Hadjab, 2008).

A análise da eficácia permite verificar se os objetivos fixados foram alcançados (CE, 2008). A análise da eficiência permite verificar se os recursos mobilizados produziram os resultados/efeitos/impactos pretendidos. Quando a análise de eficiência é expressa em termos monetários, o rácio *input-output* é o indicador utilizado com maior frequência para medir a performance de uma política ou programa. A sua expressão numérica indica quanto foi despendido para se produzir um determinado *output* (Sapru, 2011). Este indicador corresponde também, em sentido lato, à análise custo-eficácia, a qual tem por finalidade comparar as despesas de um programa com os resultados obtidos, para determinar, por exemplo, o custo por emprego criado (Euréval, 2010).

Neste trabalho, foram considerados como *inputs* os recursos financeiros utilizados na implementação do LEADER e como *outputs* o investimento realizado ao abrigo deste Programa nas regiões Alentejo e Norte, no período de 1991 a 2006.

A sobrevivência ou mortalidade das empresas tem sido estudada sob vários ângulos e com base em diversas perspectivas analíticas. Nuns casos analisam-se as condições de criação das empresas e o modo como tais condições afectam o seu processo de desenvolvimento e de sobrevivência. Os diversos estudos que alimentam esta perspectiva identificam como factores iniciais mais decisivos para a sobrevivência das novas empresas, os seguintes: i) capacidade de acesso ao mercado; ii) capacidade para competir com empresas já instaladas; iii) assimetrias no acesso à informação e iv) dificuldades acrescidas de acesso ao crédito (Serrano, Santos e Neto, 2014).

Outros estudos centram-se na análise da influência de determinados factores na sobrevivência e mortalidade das empresas, como por exemplo: i) factores ambientais ou culturais específicos; ii) condições macroeconómicas de contexto; iii) factores associados à organização da indústria e dos sectores económicos; iv) factores inerentes à concentração ou dispersão espacial das

empresas e v) dimensão das empresas e respectivas condições tecnológicas, de inovação e de internacionalização (Serrano, Santos e Neto, 2014).

Entre as variáveis identificadas com potencial para influenciar a mortalidade das empresas encontram-se ainda as seguintes: i) a atuação do empresário/práticas de gestão e as características do meio envolvente (Ferreira et al., 2012; Grapeggia et al., 2011; Smida e Khelil, 2010); ii) condições subjacentes ao projecto de criação da empresa (Déprez, 2010); iii) a idade das empresas (Carvalho et al.; 2011; Fukuda, 2012; Holmes et al.; 2010); iv) a intensidade competitiva (Agarwal, 1997) ou v) as características de uma região (Falck, 2007; De Silva e McComb, 2012).

Outra vertente do interesse científico por este tema incide na investigação sobre o impacto das políticas públicas nos fenómenos de sobrevivência e mortalidade das empresas apoiadas financeiramente pelo Estado. Também neste domínio têm surgido estudos e relatórios, entre os quais refira-se, a título de exemplo, o estudo da autoria de Mamede, Fernandes e Silva (2013) sobre o impacto dos incentivos financeiros (no período de 2000 a 2006, ao abrigo do POE/PRIME²) sobre a sobrevivência das empresas portuguesas apoiadas. Ou, o estudo de Cerqua e Pellegrini (2014) sobre o impacto dos apoios públicos, em que concluíram que os subsídios têm uma influência positiva sobre o emprego, o investimento e o volume de negócios. Consideram ainda que os apoios públicos podem ajudar as empresas a ultrapassarem o constrangimento de acesso ao financiamento externo (Colombo et al., 2013), sendo expectável que venham a gerar um valor acrescentado e inclusivamente aumentar a probabilidade de sobrevivência das empresas (Mamede et al. 2013).

2. Metodologia

A análise da eficácia e eficiência da política pública incide sobre os 2931 projetos de investimento financiados no âmbito do vetor 1 do Programa Leader + mais precisamente, sobre os projetos de investimento financiados pelos 22 GAL das regiões Norte e Alentejo. Esta análise incide sobre a totalidade dos projetos do vetor 1, ou seja, sobre os projetos realizados no âmbito

² O Programa Operacional da Economia (POE), posteriormente designado Programa de Incentivos à Modernização da Economia (PRIME), foi financiado por fundos estruturais da União Europeia e integrou o Quadro Comunitário de Apoio (QCA) 2000-2006.

do setor público, do setor privado, do terceiro setor e também sobre os projetos promovidos pelos GAL.

A apreciação da sustentabilidade dos resultados alcançados com o Leader + recai apenas sobre o setor privado e mais particularmente sobre as 280 empresas, com atividade e/ou sede nas regiões Norte e Alentejo, que beneficiaram do financiamento do programa, no período de 2000 a 2006.

A eficácia e a eficiência foram avaliadas com base em indicadores de realização e de resultado e do rácio *input-output*, este último obtido pelo quociente entre os custos (*inputs*) e os resultados (*outputs*). A informação utilizada tem origem no relatório de avaliação final do Programa Leader + e em dados obtidos junto de diversas entidades³.

A sustentabilidade da política foi analisada com base na taxa de mortalidade das empresas financiadas pelo Leader +. A situação das 280 empresas perante a administração fiscal – ativas ou inativas⁴ – foi obtida através da consulta da informação de domínio público disponível no Portal das Finanças.

Determinada a situação das 280 empresas perante a administração fiscal e identificadas as empresas ativas e as empresas inativas, prosseguiu-se para a caracterização das mesmas, com base nas seguintes variáveis: i) investimento total realizado no âmbito do Leader +; ii) idade média das empresas a 31 de dezembro de 2013, ou aquando da cessação da atividade; iii) densidade empresarial⁵ média no concelho onde é exercida a atividade e/ou se encontra sediada a empresa; iv) atividade desenvolvida e/ou alvo de apoio, nomeadamente indústria⁶ e serviços⁷ e v) número de sócios da empresa⁸.

A metodologia utilizada para o estudo da relação entre as variáveis indicadas foi a análise estatística descritiva (*e.g.*, médias, frequências absolutas e frequências relativas) e a aplicação de

³ Nomeadamente, GAL, Comissão Gestora do Leader + e Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural. Refira-se ainda que o acesso às listagens e à descrição dos projetos de investimento executados no Norte e Alentejo foi facultado pela Autoridade Gestora do PIC Leader +. Esta informação foi cruzada com a informação acessível no Portal das Finanças, no Portal das Empresas, no Portal da Justiça e em bases de dados de empresas.

⁴ Considera-se que uma empresa se encontra inativa a partir do momento em que cessa a atividade, em termos de IVA.

⁵ Entende-se por densidade empresarial o número médio de empresas por km² num determinado concelho. Neste estudo, utilizam-se os valores médios da densidade empresarial registados entre 2004 e 2012.

⁶ Indústria extrativa e transformadora.

⁷ Comércio, turismo (hotéis, restaurantes, cafés e empresas de animação turística) e atividades de serviços de apoio às empresas.

⁸ Distinguem-se as empresas que têm um único sócio (sempre que se trate de uma sociedade unipessoal por quotas) das empresas com dois ou mais sócios.

testes estatísticos que permitem encontrar diferenças entre as populações (Teste U de Mann-Whitney) e que medem a intensidade e o sentido da relação entre variáveis (coeficiente de correlação de Spearman).

3. Análise de resultados

3.1. Eficácia e eficiência da política pública

Dos 22 GAL estudados, 14 situam-se na região Norte (64%) e 8 na região Alentejo (36%). Os indicadores de realização (*output*) permitem verificar que foram executados e financiados 2931 projetos de investimento, ao abrigo do vetor 1 do Leader +, no Norte e Alentejo, num valor total de 129,8 milhões de euros. A repartição dos projetos executados e do investimento realizado foi superior no Norte. Esta região recebeu 64% do investimento e 55% dos projetos executados, enquanto a expressão desses indicadores na região Alentejo foi de 36% e 45%, respetivamente.

A contribuição total da Comissão Europeia para a despesa pública foi de 65,4 milhões de euros, dos quais 40,4 milhões (62%) foram destinados à região Norte e 24,9 milhões (38%) ao Alentejo. Também a contribuição nacional para esta rubrica, da ordem dos 26,9 milhões de euros, foi bastante superior no Norte (71%). No Alentejo, ficou-se pelos 29%.

A despesa privada total foi de 33,6 milhões de euros e a sua repartição pelas regiões Norte e Alentejo foi de 19,5 milhões de euros (58%) e de 14,1 milhões de euros (42%), respetivamente.

O vetor 1 do Leader + previa a criação de 919 postos de trabalho e a manutenção de 1344 empregos e, também neste caso, a contribuição das duas regiões não só foi diferente como apresentaram um comportamento inverso. Foi o Alentejo que contribuiu de forma mais expressiva para a criação de 548 postos de trabalho (60%) e para a manutenção de 949 empregos (71%), por comparação com os valores de 317 (40%) e (395) 29%, respetivamente, da região Norte para os mesmos indicadores de realização.

A análise dos indicadores de resultado (*outcome*) mostra que no Norte cada projeto criou em média 0,2 postos de trabalho, enquanto no Alentejo foram criados em média 0,4 postos de trabalho, por projeto. O esforço financeiro necessário para a criação de cada posto de trabalho, medido em investimento realizado, foi, no Norte (222,3 milhões de euros), mais do dobro do que no Alentejo (86,4 milhões de euros). Estes dados indiciam que, do ponto de vista social e do

mercado de trabalho, a política foi mais eficaz – resultados *versus* objetivos – e mais eficiente – recursos *versus* objetivos – no Alentejo do que no Norte.

O Alentejo apresenta-se também mais eficiente no efeito de alavanca financeiro da despesa privada (rácio *input-output* = 1,8 euro) e no acréscimo do nível de emprego (rácio *input-output* = 45,5 euros), quando os valores deste rácio para o Norte são, respetivamente 2,1 euros e 108,9 euros. A interpretação do rácio *input-output* indica que, para gerar 1 euro de despesa privada na região Norte, o cofinanciamento da Comissão Europeia foi de 2,1€ enquanto na região Alentejo o mesmo resultado – 1 euro de despesa privada – foi atingido com apenas 1,8 € euros de participação da mesma fonte. No que concerne ao emprego, o custo para a Comissão Europeia, medido pelo cofinanciamento atribuído às regiões, para alavancar um posto de trabalho adicional na região Norte foi de 108,9 euros, enquanto na região Alentejo foram suficientes 45,5 euros.

No entanto, e tendo por base o mesmo raciocínio, pode concluir-se que a região Norte foi mais eficaz no que diz respeito ao efeito de alavanca financeiro no cofinanciamento público nacional (rácio *input-output* = 2,1 euros), uma vez que o esforço financeiro da Comissão Europeia para gerar 1 euro de cofinanciamento público nacional nessa região foi menor do que no Alentejo (rácio *input-output* = 3,2 euros). O Norte foi também mais eficaz ao nível do investimento realizado e dos projetos financiados, uma vez que para essas categorias a região regista indicadores de realização mais elevados do que o Alentejo.

3.2. Mortalidade empresarial

O investimento realizado e os projetos financiados por tipologia de promotor repartiram-se de forma desigual pelo Alentejo e pelo Norte. No Alentejo, o setor privado foi responsável por 42% do investimento e o Norte apenas por 29%. No total, o setor privado agrupa 782 projetos apoiados, dos quais 44% foram promovidos por pessoas coletivas de direito privado, sendo sobre estas últimas que incide o estudo da avaliação da sustentabilidade do Programa Leader +.

As 280 empresas distribuem-se de forma desigual pelo Alentejo (55%) e pelo Norte (45%), sendo igualmente distinta a repartição dos projetos pelas duas regiões. Estas entidades foram responsáveis pela execução de 344 projetos de investimento, o que significa que algumas

empresas beneficiaram mais de uma vez do apoio atribuído pelo Leader +. O Alentejo agrega 57% dos projetos, o que equivale a uma média de 1,3 projetos por empresa, enquanto o Norte regista 43% dos projetos, o que equivale a uma média de 1,2 projetos por empresa.

No período 2002 a 2008⁹, o investimento total financiado foi de 20,6 milhões de euros, dos quais 53% incidiram na região Alentejo e 47%, na região Norte. Em média, tanto o valor investido por empresa, como o montante executado por projeto, foram superiores no Alentejo, em cerca de 9% e 19% respetivamente, do que os valores da região Norte.

A longevidade média da totalidade das empresas em estudo é de 14,8 anos. No entanto, as empresas alentejanas atingem uma idade média inferior (14,5 anos) à idade média das empresas situadas a norte, que chegam aos 15 anos.

A 31 de dezembro de 2013, 56 das 280 empresas já tinham cessado a atividade, o que se traduz numa taxa de mortalidade média de 20%, com maior expressão na região Alentejo. Assim, enquanto o Alentejo apresenta uma taxa de mortalidade das empresas apoiadas de 21,4%, o valor da mesma taxa para o Norte é de 18,3%.

O estudo da relação entre as variáveis *status* das empresas (ativa/inativa) e a região (Alentejo/Norte) aponta para a inexistência de associação entre estas as duas variáveis. Mais especificamente, a taxa de mortalidade das empresas parece não depender da localização territorial das mesmas, pois os coeficientes de correlação de Spearman não são significativos, nem ao nível de 10%.

A análise da relação entre a variável *status* das empresas (ativa/inativa) e a atividade exercida pelas empresas (indústria/serviços) mostra que, também neste caso, os valores da mortalidade empresarial não parecem associar-se ao tipo de atividade que as empresas exercem, considerando que o coeficiente de correlação de Spearman não se revelou significativo.

Verifica-se a existência de uma correlação negativa, embora fraca, entre a variável *status* das empresas (ativa/inativa) e o número de sócios (um sócio/dois ou mais sócios), ao nível de significância de 10%. Isto poderá significar que as taxas de mortalidade mais elevadas se

⁹ Ainda que o Leader + tenha decorrido entre os anos 2000 e 2006, as primeiras aprovações de candidaturas verificaram-se apenas no início de 2002. O período de aprovação dos pedidos de apoios submetidos até 31 de dezembro de 2006 prolongou-se até 2007 e o encerramento das últimas candidaturas aprovadas nesses anos (2006 e 2007) estendeu-se a de 2008.

verificam nas empresas que possuem menor número de sócios envolvidos no processo de gestão da empresa, podendo também indiciar que se trata de empresas de menor dimensão.

O resultado do teste U de Mann-Whitney, que tem por objetivo testar a independência entre duas variáveis, mostra que a variável *status* das empresas (ativa/inativa) difere em função das variáveis idade da empresa e investimento realizado, mas não difere em função da densidade empresarial concelhia.

Por sua vez, a interpretação do coeficiente de correlação de Spearman aponta para a existência de uma correlação negativa entre as variáveis *status* e idade das empresas, assim como entre as variáveis *status* e o investimento realizado. Assim sendo, pode depreender-se que as taxas de mortalidade empresarial mais elevadas se relacionam com a menor idade das empresas e com valores mais reduzidos de investimento.

3. Conclusões

A análise comparativa da eficácia e da eficiência do vetor 1 do Leader +, no Norte e no Alentejo, revelou diferenças de desempenho entre as duas regiões. No total dos 22 GAL estudados, 14 localizam-se na região Norte e 8 na região Alentejo, sendo que na primeira cabe a maioria dos projetos (55%) e na segunda, 45% dos 2931 projetos aprovados e executados.

Os indicadores de realização (*output*) apresentam-se invariavelmente superiores na região Norte. Porém, no que concerne aos postos de trabalho e à manutenção do emprego, o comportamento dos indicadores é inverso, ou seja, é no Alentejo que se verifica maior criação de postos de trabalho (60%) e maior capacidade de manter o emprego (71%), logo o Alentejo foi mais eficaz e mais eficiente do que a região Norte nesses domínios.

No âmbito da despesa pública, verifica-se que a eficiência do cofinanciamento da Comissão Europeia foi superior na região Alentejo, nomeadamente no que respeita ao efeito de alavanca financeira da despesa privada e do acréscimo do nível de emprego. Porém, o efeito de alavanca financeira no cofinanciamento público nacional foi mais eficiente na região Norte, tendo esta também registado uma maior eficácia no volume do investimento realizado e no número de projetos financiados.

No que concerne aos valores da mortalidade empresarial, no período 2000 a 2006, das empresas que beneficiaram de apoio financeiro do Programa Leader + verifica-se que o Alentejo apresenta uma maior proporção de empresas (55%), de projetos financiados (57%) e de investimento do que a região Norte. Porém, quando a análise recai sobre a taxa de mortalidade das empresas, a situação inverte-se, ou seja, o Alentejo apresenta uma situação menos favorável, com uma taxa de mortalidade empresarial (21,4%) superior e com as empresas a morrer em idade mais jovem (14,5 anos) do que no Norte, em que a expressão numérica das mesmas variáveis é de 18,3% e 15 anos, respetivamente.

Parece não existir uma relação direta entre a taxa de mortalidade das empresas, a sua localização geográfica (Alentejo/Norte) e a atividade desenvolvida (indústria/serviços). Porém, o mesmo não se verifica na relação entre a taxa de mortalidade das empresas e o número de sócios que as empresas possuem. Neste caso, verifica-se uma correlação negativa entre as variáveis, podendo esta indiciar que a taxa de mortalidade tende a ser menor quanto menor for o número de sócios das empresas.

No que respeita ao estudo das diferenças entre populações, conclui-se que estas diferem em função da idade das empresas e do investimento nelas realizado, mas não em função da densidade empresarial do concelho onde se localizam.

Em suma, parece haver indícios de que a taxa de mortalidade empresarial está maioritariamente associada a fatores endógenos às próprias empresas e nem tanto a fatores exógenos. Como foi demonstrado, a localização das empresas na região Alentejo ou na região Norte, bem como a densidade empresarial do concelho em que desenvolvem a sua atividade, não estão relacionados com a variável *status* da empresa (ativa/inativa), ou seja, parecem não influenciar a taxa de mortalidade empresarial. Porém, fatores internos, como a idade da empresa, o investimento realizado ou as práticas dos órgãos de gestão (*e.g.*, o número de sócios a intervir no capital social e na gestão diária da empresa ou o investimento a ser realizado) parecem ter uma maior influência sobre a mortalidade das empresas, uma vez que essas variáveis apresentaram correlação negativa com o *status* das empresas estudadas.

4. Bibliografia

- Agarwal, R. (1997), “Survival of Firms over the Product Life Cycle”, *Southern Economic Journal*, 63 (3): 571-584.
- Barca, F., McCann, P. e Rodriguez-Pose, A. (2012), “The Case for Regional Development Intervention: place-based versus place neutral approaches”, *Journal of Regional Science*, 52 (1): 134-152.
- Berthet, T. (2008), “Les enjeux de l'évaluation territoriale des politiques publiques”, *Informations Sociales*, 150 (6): 130-139.
- Carvalho, J.; Lopes, J.; Reimão, C. (2011), *Inovação, Decisão e Ética*, Lisboa, Edições Sílabo.
- Cerqua, A.; Pellegrini, G. (2014), “Do subsidies to private capital boost firms' growth? A multiple regression discontinuity design approach”, *Journal of Public Economics*, Vol.109: 114-126.
- Champetier, Y. (2003), “L'Europe et le développement rural” *Projet*, 274 (2): 59-67.
- Chiavenato, I. (1983), *Introdução à Teoria Geral da Administração*, 3ª Ed., São Paulo, McGraw-Hill.
- Colombo, M. G.; Croce, A.; Guerini, M. (2013), “The effect of public subsidies on firms' investment-cash flow sensitivity: Transient or persistent?”, *Research Policy*, 42(9): 1605-1623.
- Comissão Europeia (2006), *A Abordagem LEADER – Um guia básico*. Bélgica, Comissão Europeia,
- Comissão Europeia (2008), *Evalsed, the resource for the Evaluation of socio-economic development – guide*, Luxemburgo, Directorate-General for Regional Policy.
- De Silva, D. G.; McComb, R. P. (2012). “Geographic concentration and high tech firm survival”, *Regional Science and Urban Economics*, 42 (4): 691-701.
- Déprez, S. (2010), *Nouvelles entreprises, cinq ans après: plus d'une sur deux est toujours active en 2007*, INSEE Première, n.º 1274, Paris.
- Euréval, Centre Européen d'Expertise et d'Evaluation. *L'Analyse coût-efficacité*, fiche technique, France. Disponível em http://www.eureval.fr/IMG/File/FT_ACE.pdf (acesso em: 25 Julho 2013).
- Falck, O. (2007), “Survival chances of new businesses: do regional conditions matter?”, *Applied economics*, 39 (16): 2039 -2048.
- Ferreira, L.; Oliva, F.; Santos, S.; Grisi, C.; Lima, A. (2012), “Análise quantitativa sobre a mortalidade precoce de micro e pequenas empresas da cidade de São Paulo”, *Gestão & Produção*, 19 (4): 811 – 823.
- Fukuda, K. (2012), “A simple method for age-period-cohort decomposition of firm survival data”, *Applied Mathematics and Computation*, 219 (2): 741-747.
- Grapeggia, M.; Lezana, A.; Ortigara, A.; Santos, P. (2011), “Fatores condicionantes de sucesso e/ou mortalidade de micro e pequenas empresas em Santa Catarina”, *Produção*, 21 (3): 444-455.
- Jornal Oficial das Comunidades Europeias, “Comunicação da Comissão aos Estados-Membros, de 14 de Abril de 2000 que estabelece as orientações relativas à iniciativa comunitária de desenvolvimento rural (Leader +). C 139, de 18/05/2000, pp 5-13.
- Lazarev, G. (2009), “Promouvoir le développement des territoires ruraux”, *MediTERRA 2009*, Presses de Sciences Po Annuels, CIHEAM et Plan Bleu, 183-210.
- Mamede, R.; Fernandes, T; Silva; A. A. (2013), *Análise contrafactual dos impactos dos incentivos do POE/PRIME na sobrevivência e no crescimento das empresas*, Coleção e+cadernos do Observatório do QREN, Observatório do QREN. entre 1991 e 2006
- Neto, P.; Santos, A. e Serrano, M. M. (2014), “Public policies supporting local networks for entrepreneurship and innovation. Effectiveness and added value analysis of LEADER program in the Alentejo region of Portugal”, *International Journal of Entrepreneurship and Small Business*, 21 (3): 406-435.

Reimer, B. e Markey, S. (2008), *Place-based Policy: a rural perspective*, A Report to Human Resources and Social Development Canada. (Disponível em <http://crcresearch.org/files/crcresearch_v2/ReimerMarkeyRuralPlaceBasedPolicySummaryPaper20081107.pdf>, acessado a 2 de junho de 2013.)

Santos, A. (2012), “Análise dos efeitos do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER na região Alentejo, entre 1991 e 2006”, dissertação de mestrado em Economia, Évora, Universidade de Évora.

Santos, A., Serrano, M. M. e Neto, P. (2013), “Análise da Eficácia, Eficiência e Valor Acrescentado de Políticas Públicas *place-based* – Uma aplicação a territórios rurais”, in *Atas/Proceedings do Encontro Científico Internacional ESADR 2013 – Alimentar Mentalidades, Vencer a Crise Global*, Évora, Universidade de Évora, 15 a 19 de outubro de 2013: 4303-4322.

Sapru, R. K. (2011). *Public Policy: Art and Craft of Policy Analysis*, Second Edition, Eastern Economy Edition, PHI Learning Private, Limited, New Delhi, India.

Serrano, M. M., Santos, A. e Neto, P. (2014), “Análise da Mortalidade das Empresas Apoiadas por Políticas Públicas. O Caso do Programa LEADER+”, in *Atas/Proceedings do 20th APDR Congress – Renaissance of the Regions of Southern Europe*, Évora, Universidade de Évora, 10 e 11 de julho: 131-141.

Smida, A.; Khelil, N. (2010). “Repenser l'échec entrepreneurial des petites entreprises émergentes”, *Revue internationale P.M.E.*, 23(2): 65-106.

Vollet, D. e Hadjab F. (2008), *Manuel de l'évaluation des politiques publiques*, Versalhes, Editions Quae.